



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Virgílio Filho, Ex - Procurador Geral do INSS, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada e aprovada em Plenário, tem a finalidade de investigar as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Importante ressaltar que a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), e identificou diferentes atores envolvidos nesse esquema bilionário que lesou milhões de brasileiros. As investigações apontam que Associações e entidades de classe estavam cobrando mensalidades indevidas diretamente nos contracheques de beneficiários, sem o conhecimento ou consentimento destes, com base em documentos e assinaturas fraudulentas e outras estratégias fraudulentas.

Os órgãos de investigação revelaram que o esquema envolvia servidores públicos, empresários e representantes dessas associações, que lucravam ilegalmente com os valores descontados mensalmente. Estima-se que



os descontos podem chegar a mais de R\$ 6 bilhões, resultando em suspensão de diversos acordos com entidades e necessidade de ressarcimento aos prejudicados.

Nesse contexto, Virgílio Filho foi Procurador-Geral do INSS e é apontado nas investigações como responsável pelo recebimento de R\$ 7,5 milhões por meio da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC), entidade ligada à Antônio Carlos Camilo Antunes, principal suspeito de articular o esquema criminoso.

Até o momento, as informações indicam que os repasses aconteceram por meio de empresas de Thaisa Hoffmann, esposa de Virgílio, que também é proprietária de veículo de luxo arrolado nas investigações. Atualmente, Virgílio foi afastado do cargo pela justiça, sobretudo diante das provas robustas de que houve incremento patrimonial na ordem de mais de R\$ 18 milhões.

Portanto, as suspeitas que recaem sobre o servidor são robustas e exigem que preste seu depoimento a esta CPMI para esclarecer sua atuação e fornecer informações importantes para a devida punição de responsáveis e ressarcimento dos aposentados e pensionistas prejudicados com as fraudes.

Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de convocação, a fim de que possamos analisar em profundidade todos os elementos que compõem o complexo arcabouço dos fatos que são objeto desta CPMI.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Duarte Jr.
(PSB - MA)

